



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568112 - RJ (2020/0072972-0)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CINTHIA RODRIGUES MENESCAL PALHARES - RJ094625  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : TADEU GONZAGA DE SOUTO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

### DECISÃO

Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado em benefício de TADEU GONZAGA DE SOUTO, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação n. 0191773-05.2018.8.19.0001).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado pela prática do delito tipificado no art. 157, § 2º, incs. I e II do Código Penal (roubo majorado), à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão em regime inicial fechado, negado o direito de recorrer em liberdade.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso nos termos do acórdão que restou assim ementado:

" Apelação. Art. 157, §2º, I e II, do Código Penal. Condenação em 05 anos e 04 meses de reclusão em regime fechado. A defesa sustenta a absolvição do acusado por falta de provas. Autoria delitiva devidamente comprovada pelo conjunto probatório constante aos autos, em especial, firme reconhecimento da vítima em sede policial por fotografia e, pessoalmente, em juízo. Versão inverossímil do acusado. Destaca-se que, em crimes patrimoniais, a palavra da vítima possui extrema relevância para a condenação do agente, desde que seja firme e segura, como no presente caso. Quanto ao regime, o magistrado sentenciante fundamentou bem o regime mais gravoso, cabendo considerar que se trata de roubo de carga em concurso de agentes e com emprego de arma e, inobstante já consideradas tais circunstâncias na causa de aumento, percebe-se que está ínsito neste delito uma maior periculosidade do agente à ensejar uma resposta penal mais dura, além do que o douto sentenciante adotou de modo benevolente a fração mínima de 1/3, daí porque a pena imposta em regime fechado não é desproporcional para o tipo de delito praticado. Afora isto, a jurisprudência tem admitido que o emprego de arma, além de gerar uma agravante, pode também exigir um regime de pena mais severo, sem que isto constitua um bis in idem. Desprovimento do recurso."

No presente mandamus, alega ausência de fundamentação idônea na fixação de regime prisional mais gravoso. Sustenta ilegalidade na manutenção do regime fechado com base exclusivamente em elementos inerentes ao próprio tipo penal e, não, considerando as condições pessoais do réu.

Invoca a existência de primariedade e de circunstâncias judiciais favoráveis, não havendo que se falar em regime fechado, no caso concreto, à luz do entendimento firmado nos Enunciados n. 718 e 719 do Supremo Tribunal Federal e n. 440 do Superior Tribunal de Justiça.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a fixação de regime inicial semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Parquet.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik

Relator